



A Psicologia Social Brasileira na Contemporaneidade: Áreas Emergentes, Ética e Práxis

Brazilian Social Psychology in Contemporary Times: Emerging Fields, Ethics, and Praxis

Marcelo Moreira Cezar

Universidade Franciscana (UFN). <http://lattes.cnpq.br/1252893453101169>

Resumo: O presente texto discute o contexto contemporâneo da Psicologia Social brasileira, analisando seus principais desafios, transformações e áreas emergentes de atuação e produção de conhecimento. Partindo da tradição crítica da Psicologia Social Latino-Americana, problematiza os efeitos das desigualdades sociais, da racionalidade neoliberal e da colonialidade na constituição das subjetividades e das relações sociais. O estudo destaca a inserção da Psicologia Social nas políticas públicas, especialmente na interface com a Saúde Coletiva, compreendendo os processos de saúde, adoecimento e cuidado como fenômenos socialmente determinados. Nesse contexto, são abordadas as contribuições de autores como Sílvia Lane, Ignacio Martín-Baró, Maritza Montero, Antonio da Costa Ciampa, Bader Sawaia e Magda Dimenstein para a construção de práticas críticas, territorializadas e comprometidas com a transformação social. O texto também apresenta áreas emergentes da Psicologia Social brasileira, incluindo os estudos sobre migrações, população em situação de rua, desastres socioambientais, tecnologias digitais e inteligência artificial, bem como relações étnico-raciais. Conclui-se que a Psicologia Social desempenha papel fundamental na compreensão e no enfrentamento dos problemas contemporâneos, contribuindo para o fortalecimento da cidadania, da participação social, dos direitos humanos e da justiça social.

Palavras-chave: psicologia social; psicologia social brasileira; saúde coletiva; desigualdades sociais.

Abstract: This work discusses the contemporary context of Brazilian Social Psychology, highlighting its main challenges, theoretical developments, and emerging fields of research and intervention. Grounded in the critical traditions of Latin American Social Psychology and Community Psychology, the text examines how contemporary social phenomena, including social inequalities, neoliberal rationality, colonial legacies, democratic tensions, and technological transformations, shape subjectivities and collective experiences. Particular attention is given to the relationship between Social Psychology and Collective Health, emphasizing the contributions of the Brazilian Health Reform movement and the understanding of health, illness, and care as socially determined processes. The discussion incorporates the contributions of authors such as Sílvia Lane, Ignacio Martín-Baró, Maritza Montero, Antonio da Costa Ciampa, Bader Sawaia, and Magda Dimenstein, whose work has strengthened critical, territorial, and socially engaged approaches. The paper also addresses emerging areas within Brazilian Social Psychology, including migration studies, homelessness, socio-environmental disasters, digital technologies and artificial intelligence, and ethnic-racial relations. It argues that Social Psychology plays a fundamental role not only in understanding contemporary social problems but also in developing intervention strategies aimed at strengthening citizenship, social participation, human rights, and democratic processes. Ultimately, Brazilian Social Psychology is presented as a dynamic and transformative field committed to social justice and the production of more equitable forms of collective life.

Keywords: social psychology; Brazilian social psychology; health collective; social inequalities.

INTRODUÇÃO

O ponto de partida em comum da Psicologia Social no contexto atual, no campo teórico analítico, na literatura e na práxis é a recusa em tratar os fenômenos da sociedade como fatores neutros. Recusar que os acontecimentos contemporâneos são resultados de desequilíbrios ecológicos, populacionais, de regulações de tarifas de mercados, mas que a Psicologia Social promova análise das formas históricas, políticas, raciais, de que características sociais tornam as relações injustas/desiguais.

A contextualização da PS no Brasil perpassa por vários âmbitos nos quais é necessário brevemente analisar marcadores históricos. Dentre eles, o olhar dicotômico que a Psicologia Social tinha sobre a organização social: 1) arranjos sociais e 2) estruturas individuais, respectivamente, a separação entre social e individual. De um lado, os arranjos sociais eram organizados a partir de interações entre indivíduos, e por outro lado, estes indivíduos eram organizados por conjuntos de elementos psicológicos. Esta compreensão inicial foi nomeada como raiz do florescimento por Farr (2006). Já nos dias de hoje, essa dicotomia não está tão marcada pelo advento das teorias pós-modernas; no entanto, ainda leva marcadores teóricos através dos constructos: macrosocial e microssocial; em outras palavras, macropolítico e micropolítico.

Estas dimensões, macropolíticas e micropolíticas, atualmente, podem ser consideradas como o nó da atuação de psicólogas e psicólogos no Brasil. Tendo em vista os limites da atuação que são estipulados pelas condições sociopolíticas no contexto brasileiro. A atuação da Psicologia tem sido “retida”, dentre tantos outros argumentos, pela condição histórica da desarticulação de movimentos sociais que produziam a organização da vida das pessoas – e é característica da sociedade latino-americana.

No âmbito macrosocial ou macropolítico, a relação de poder e desigualdade que as estruturas econômico-culturais produzem tem efeito de devastação na vida dos sujeitos. Estes têm suas vidas moldadas e destruídas em todas as suas formas de existência pela racionalidade neoliberal, que, meticulosamente, articulada ao legado colonial, opera como um regime de destruição, que adoce corpos, adoce territórios e silencia os modos de vida.

Na dinâmica individual, ou micropolítica, em especial no contexto brasileiro, que traz um itinerário histórico complexo de racismo, escravização, lucro, narcotráfico, violência e corrupção, o próprio sujeito devastado é responsabilizado individualmente por sua condição. É aquele que sofre os efeitos da exclusão social, da precarização do trabalho, da violência cotidiana e da negação de direitos e passa a ser interpelado como único responsável por seu próprio fracasso, adoecimento ou incapacidade de ascensão social. Nessa racionalidade neoliberal,

as determinações históricas, econômicas e políticas que produzem desigualdades tornam-se invisíveis, enquanto a gestão de si, o mérito individual e a performance passam a ser apresentados como únicas alternativas possíveis para o sucesso.

Baseado nessa breve introdução sobre o dilema da divisão da Psicologia Social entre individual e social, é levantado um questionamento dentro da dimensão da discussão deste texto: “Quais são os desafios e as possibilidades para o desenvolvimento da Psicologia Social, no Brasil, especificamente no contexto da cidade de Uruguaiana?” Sendo Uruguaiana uma cidade fronteiriça, com quase 120 mil habitantes, dominada pelo agronegócio, enraizada pela cultura charrua que durante o verão torna-se o segundo maior corredor migratório do Brasil - atrás apenas do Aeroporto de Guarulhos (Brasil, 2026).

Considerando essa contextualização, não há como compreender o desenvolvimento, os desafios e as áreas emergentes da Psicologia Social sem situá-los a partir de um referencial teórico, histórico e político comprometido com a realidade brasileira e latino-americana — na tentativa de resistir à importação de pressupostos teóricos e metodológicos de outros continentes. Por essa justificativa, neste texto é feita uma escrita baseada no foco da Psicologia Social Latino-Americana, também sobre a Psicologia Social Comunitária, baseada em conceitos de autoras/es locais, tais como Silvia Lane, Ignacio Martín-Baró, Maritza Montero, Catherine Walsh, Walter Mignolo e outras/os autoras/es derivados deste mesmo constructo teórico. O que não implica na exclusão, como por exemplo Michel Foucault e outros recentes como Pierre Dardot e Christian Laval, entre outras referências com base crítica.

Contexto Atual: Psicologia Social Brasileira

Discutir o contexto atual da Psicologia no Brasil, estendida à cidade de Uruguaiana, não tem como não atravessar uma discussão sobre fragmentos da racionalidade neoliberal. Ou seja, problematizar as questões da atualidade, sob o viés de que as pessoas estão se organizando e transformando as suas vidas em capitais humanos, com o interesse de obter mais ganhos e cada vez mais aumentar a competitividade. Há um aumento do superendividamento financeiro no Brasil, que chega a 80% das famílias (Brasil, 2026), além de um alto número de feminicídios, do aumento expressivo de pessoas recolhidas no Sistema Penal e do enredo de inúmeras pessoas em situação de rua.

Ao trazer esta discussão, é, sem dúvida, analisar como as interseccionalidades atravessam as pessoas. Como a constituição do sujeito é firmada frente às condições precárias de existência, pela violência e pela insegurança, e, com tudo isto, deve funcionar em conjunto com uma nova razão (Dardot e Laval, 2016), o sujeito empreendedor de si no contexto “sub-precário”.

Sendo impossível, atualmente, não percorrer os conjuntos analíticos da Psicologia Social contemporânea, sem considerar os modos neoliberais de que a vida deve ser um projeto administrável e competitivo (Dardot e Laval, 2016; Foucault, 2000). Somado a isto, o projeto colonial, pautado na exploração econômica,

subjetiva, territorial e racial - com a imposição de modos de vida, por colonizadores e imperialistas. Uma vez que o modelo de psicologia importado ao Brasil seguiu a mesma esteira destes países colonizadores.

Por isso, desde a década de 1980, a partir do marcador histórico da criação da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), foi estabelecida uma guinada teórico-metodológica que segue vigente até hoje, como pressuposto metodológico para realizar análise social e para produzir conhecimento: olhar empírico, produção e análise das realidades, composição teórica e, então, volta-se ao empírico (Lane, 1989).

Promover Psicologia Social na atualidade é considerar as raízes da disciplina e, ao mesmo tempo, apartar-se, ou seja, utilizar a própria ferramenta de análise da Psicologia Social: antes de fazer algo, primeiro sempre há que problematizar e nunca dar como um problema assentado, senão questioná-lo em todos os âmbitos.

Esta tríade, olhar empírico, análise de realidades e composição teórica, é a norteadora da prática em Psicologia Social brasileira e está pautada nos pressupostos de Martín-Baró (1986) sobre Psicologia Política. Uma vez que, pela consistência da Psicologia Social das últimas décadas, houve um aumento de psicólogas e, em consequência disso, aumentou a consciência sobre a urgência e a gravidade dos problemas sociopolíticos. Então a Psicologia volta seus olhares para uma análise do seu contexto pautada nas condições em que as próprias pessoas têm de existir no seu mundo.

O surgimento, florescimento e ascensão da PS se dão por elementos que, por diferentes pontos, produzem uma necessidade de pensar os arranjos sociais de outras maneiras. A crescente urbanização, gentrificação e tecnologização têm, desde a Revolução Industrial, forçado as pessoas a criarem outras formas de se relacionar.

Nesse sentido, a Psicologia Social atual tem por objetivo ser comprometida com o enfrentamento das desigualdades sociais e com a invenção de novos modos de resistir. Dentre isso, os principais temas de trabalho nos últimos anos propostos pela ABRAPSO têm tido como alvo a aliança dos povos, memória social e estratégias de luta política, polarizações e crises do capitalismo, políticas públicas e direitos humanos (ABRAPSO, 2026). Além disso, na dimensão da Psicologia Política, a linha de atuação proposta é de trabalhos voltados a alternativas populares e contextos de crise climática e desafios socioambientais. No âmbito da ANPEPP, as questões emergentes são impacto social, inteligência artificial e saúde mental. A Psicologia Social brasileira, neste âmbito, tem demonstrado facetas plurais que colaboram com a reflexão contínua de saberes, com novas pautas e incorporações de inovações epistêmicas, a partir de uma leitura crítica e engajada que produza um presente ativo e compromissado com a luta por justiça social, democracia e mudanças de realidades (Pizzinato, 2025).

Portanto, o contexto atual de atuação da Psicologia Social brasileira é marcado pela necessidade permanente de compreender criticamente as transformações sociais, econômicas, culturais e políticas que atravessam a vida cotidiana

dos sujeitos e coletividades. Em um cenário caracterizado pela expansão da racionalidade neoliberal, pela permanência da colonialidade, pelo aprofundamento das desigualdades sociais, a Psicologia Social reafirma seu compromisso ético-político com a produção de conhecimento situado e socialmente implicado. Mais do que interpretar a realidade, trata-se de contribuir para sua transformação, produzindo análises e intervenções capazes de fortalecer vínculos comunitários, promover direitos, enfrentar processos de exclusão e ampliar as possibilidades de existência dos sujeitos. Nesse sentido, a Psicologia Social brasileira mantém a veia crítica da Psicologia ao compreender que toda produção de conhecimento deve partir da realidade concreta das pessoas, de seus territórios e de suas condições históricas de vida, colocando-se, assim, a serviço da democracia, da justiça social e da construção de modos de vida mais dignos e coletivamente sustentáveis.

Psicologia Social: Desafios e Áreas Emergentes

A Psicologia Social brasileira tem se consolidado como um campo de produção de conhecimento e intervenção comprometido com a compreensão crítica dos fenômenos sociais e com a transformação das condições que produzem sofrimento, exclusão e desigualdade. Diferentemente de perspectivas centradas exclusivamente nos processos individuais, a Psicologia Social compreende que a subjetividade é produzida nas relações sociais, históricas, culturais e institucionais. Nesse sentido, os desafios contemporâneos da área não podem ser dissociados das profundas mudanças que atravessam a sociedade brasileira, marcadas por desigualdades persistentes, transformações tecnológicas, crises ambientais, deslocamentos populacionais, reconfigurações do mundo do trabalho e tensionamentos democráticos.

Um dos principais desafios da Psicologia Social contemporânea consiste em compreender os processos de produção das desigualdades e seus impactos sobre a vida cotidiana. A pobreza, a violência, o racismo, as desigualdades de gênero, as discriminações relacionadas à orientação sexual, as exclusões territoriais e as diferentes formas de vulnerabilização não são compreendidas como problemas individuais, mas como fenômenos socialmente produzidos. Nessa perspectiva, a Psicologia Social tem contribuído para evidenciar como relações de poder, políticas públicas, instituições e práticas culturais participam da construção das experiências subjetivas e coletivas.

Outro desafio relevante refere-se ao fortalecimento da democracia e da participação social. As transformações políticas observadas nas últimas décadas evidenciaram a necessidade de compreender processos como polarização social, circulação de desinformação, discursos de ódio, radicalização política e enfraquecimento dos vínculos comunitários. Nesse cenário, a Psicologia Social tem ampliado sua atuação em pesquisas sobre participação política, movimentos sociais, ação coletiva, memória social, direitos humanos e construção de redes de solidariedade, buscando compreender como grupos e comunidades constroem estratégias de resistência diante das múltiplas formas de exclusão.

A crescente inserção da Psicologia nas políticas públicas constitui outro importante desafio. A consolidação do Sistema Único de Saúde, do Sistema Único de Assistência Social, da Reforma Psiquiátrica e das políticas de direitos humanos ampliou significativamente os espaços de atuação profissional. Com isso, a Psicologia Social passou a desenvolver metodologias voltadas à leitura dos territórios, à participação comunitária, à construção de redes intersetoriais e à promoção da cidadania. A atuação em equipamentos como CAPS, UBS, CRAS, CREAS, Consultório na Rua, escolas, serviços socioeducativos e sistema prisional demonstra que o trabalho psicológico tem se deslocado progressivamente para contextos coletivos e comunitários.

A aproximação entre Psicologia Social e Saúde Coletiva constitui uma das transformações mais significativas da área nas últimas décadas. Ambas compartilham a compreensão de que saúde, adoecimento e cuidado são processos socialmente produzidos e atravessados por condições históricas, econômicas, culturais e territoriais. Inspirada pelas contribuições da Reforma Sanitária Brasileira, especialmente por autores como Sérgio Arouca, Jairnilson Paim e Naomar Almeida-Filho, a Psicologia Social passou a compreender que as condições de vida, trabalho, moradia, renda, raça, gênero e acesso a direitos participam diretamente da produção da saúde e do sofrimento.

Nessa aproximação, as contribuições de Bader Sawaia (2001) tornam-se particularmente relevantes ao demonstrar que as desigualdades sociais produzem formas específicas de sofrimento ético-político. Tal conceito permite compreender que processos de exclusão, discriminação, pobreza e violação de direitos não afetam apenas as condições materiais de vida, mas também a saúde mental, os vínculos sociais, os sentimentos de pertencimento e as possibilidades de participação dos sujeitos na vida coletiva. Dessa forma, a Psicologia Social contribui para a Saúde Coletiva ao evidenciar que o sofrimento não pode ser reduzido a uma condição individual ou clínica, mas deve ser analisado como expressão das condições sociais que organizam a existência.

Nessa perspectiva, a atuação psicológica desloca-se da centralidade da doença para a análise dos determinantes sociais da saúde, fortalecendo práticas territoriais, participativas e comprometidas com a defesa do SUS e da cidadania. Nesse percurso, a Psicologia Social brasileira produziu importantes ferramentas teóricas para compreender e enfrentar os desafios contemporâneos. Ciampa deslocou a identidade de uma condição fixa para um processo de metamorfose permanentemente construído nas relações sociais; Sawaia demonstrou que a desigualdade produz formas de sofrimento ético-político que articulam exclusão material e desqualificação simbólica; e Dimenstein evidenciou a necessidade de práticas psicossociais territorializadas, vinculadas às políticas públicas e às condições concretas de existência das populações. Essas contribuições permitem à Psicologia Social ultrapassar leituras individualizantes dos problemas sociais, fortalecendo intervenções comprometidas com a cidadania, os direitos humanos e a transformação das condições que produzem sofrimento e exclusão.

Nesse processo, a principal contribuição da Psicologia Social para o enfrentamento dos desafios contemporâneos reside em sua capacidade de articular pesquisa e intervenção. A área desenvolve estratégias para fortalecer vínculos sociais, fomentar a participação popular, produzir processos de conscientização, apoiar movimentos sociais e ampliar o acesso a direitos. A pesquisa-intervenção, a pesquisa participante, a cartografia, os grupos comunitários, as metodologias colaborativas e os dispositivos coletivos de cuidado constituem exemplos de ferramentas amplamente utilizadas para produzir transformações concretas nos territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as áreas emergentes, destaca-se a Psicologia Social das migrações. O aumento dos deslocamentos populacionais, tanto internacionais quanto internos, tem produzido novos desafios relacionados à integração social, ao pertencimento, à xenofobia, à interculturalidade e ao acesso a direitos. Em regiões de fronteira, como a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, tais fenômenos assumem especial relevância devido à intensa circulação de pessoas, culturas e identidades.

Outra área em expansão refere-se aos estudos sobre população em situação de rua. O crescimento desse segmento populacional tem impulsionado pesquisas voltadas à compreensão dos processos de exclusão social, vulnerabilidade, acesso a políticas públicas e estratégias de sobrevivência. Nessa direção, a Psicologia Social tem contribuído para a construção de práticas territorializadas de cuidado, acolhimento e fortalecimento da autonomia dos sujeitos.

As emergências e os desastres socioambientais também passaram a ocupar lugar de destaque na agenda da área. Os eventos climáticos extremos ocorridos no Brasil nos últimos anos demonstraram que enchentes, secas, deslizamentos e outros desastres produzem impactos que ultrapassam perdas materiais, afetando redes sociais, sentidos de pertencimento, identidades coletivas e modos de vida. A Psicologia Social dos desastres tem desenvolvido metodologias voltadas ao apoio psicossocial, ao fortalecimento comunitário, à reconstrução de vínculos e à participação popular nos processos de recuperação dos territórios.

Outro campo emergente refere-se às tecnologias digitais, à inteligência artificial e às novas formas de sociabilidade mediadas por plataformas digitais. Questões relacionadas à desinformação, aos algoritmos, à vigilância digital, à exposição permanente, aos discursos de ódio e às transformações dos processos identitários têm mobilizado pesquisas que buscam compreender os efeitos das tecnologias sobre a produção das subjetividades e sobre as formas de convivência social.

Os estudos sobre relações étnico-raciais, branquitude, racismo estrutural, colonialidade e saúde da população negra também ocupam posição central na Psicologia Social contemporânea. A ampliação dessas agendas tem permitido compreender como processos históricos de discriminação continuam produzindo

desigualdades e sofrimento psicossocial, contribuindo para a construção de práticas antirracistas comprometidas com a equidade e a justiça social.

Dessa forma, a Psicologia Social brasileira apresenta-se como um campo em constante renovação teórica, metodológica e política. Seus desafios ultrapassam a compreensão dos fenômenos sociais, envolvendo a construção de estratégias de intervenção capazes de fortalecer a participação social, promover direitos, ampliar processos democráticos e contribuir para a produção de modos de vida mais justos. Ao articular análise crítica da realidade, compromisso ético-político e produção de práticas transformadoras, a Psicologia Social reafirma seu papel fundamental na compreensão e no enfrentamento dos problemas contemporâneos da sociedade brasileira.

Ética, Práxis e Compromisso Social: A Psicologia Social como Campo de Conhecimento e Transformação da Realidade

A Psicologia Social, ao tomar o contexto das pessoas como construto de produção histórica, política e relacional, passa a constituir uma dimensão inseparável, numa encruzilhada de três pontos: compreensões teóricas sobre as realidades, produção do conhecimento e formas de intervenção sobre a realidade social.

Discutir sobre ética no campo do conhecimento e das relações sociais na Psicologia Social implica, sobretudo, questionar quais concepções de ser humano, sociedade e realidade sustentam as práticas psicológicas. Ainda, quais relações de conhecimento são estabelecidas entre pesquisadores, profissionais e coletivos sociais e quais implicações psicossociais decorrem dessas intervenções?

Para discutir a intersecção destes três pontos, Maria Quintal de Freitas (2008) nomeia-os como dimensões: ontológica, referente à compreensão de realidade que orienta a (re)leitura das realidades e as concepções de sujeitos; a dimensão epistemológica, que envolve os modos de produção do conhecimento e os tipos de relação estabelecidos entre pesquisadores, profissionais e grupos sociais; e, por último, a dimensão da práxis, a qual expressa os efeitos sociais, políticos e psicossociais produzidos pelas ações e intervenções desenvolvidas.

O florescimento da Psicologia Social, sobretudo na perspectiva crítica, aprofundou essa problematização ao questionar a pretensa neutralidade científica que historicamente marcou parte da produção da Psicologia. Autores como Silvia Lane, Ignacio Martín-Baró e Maritza Montero demonstraram que o conhecimento psicológico não é produzido em um vazio histórico, mas em contextos atravessados por relações de poder, desigualdades sociais e disputas políticas.

Desse modo, discutir a Psicologia Social e a ética como campo de conhecimento e de relações sociais implica analisar criticamente os compromissos assumidos diante dos desafios contemporâneos. Principalmente no contexto latino-americano, brasileiro e fronteiriço, como no caso de Uruguiana, uma cidade fronteiriça, com quase 120 mil habitantes, dominada pelo agronegócio, enraizada pela cultura charrua, que durante o verão torna-se o segundo maior corredor

migratório do Brasil, atrás apenas do Aeroporto de Guarulhos (Brasil, 2026).

A Psicologia Social tem firmado diferentes compromissos no decorrer das décadas, mas, ao contextualizarmos no contexto do pampa gaúcho, temos um contexto muito particular. Composta por diferentes marcadores culturais, a fronteira de Uruguiana traz consigo um desenvolvimento socioeconômico importante para a região; em contrapartida, é um contexto complexo que está em constante transição e no qual as pessoas estão dialogando com elementos neoliberais como fundamentos para o desenvolvimento econômico.

Considerando a nossa sociedade, que está marcada pela racionalidade neoliberal, resultando no aprofundamento das desigualdades, na medicalização da vida, no racismo estrutural, na precarização das relações de trabalho e na desarticulação das políticas públicas, o campo da ética torna-se um elemento central para compreender não apenas como se produz conhecimento, mas também quais projetos de sociedade são fortalecidos ou contestados pelas práticas da Psicologia Social.

A partir desta abertura e considerando as três dimensões, ontológica, epistemológica e da práxis, são levantadas algumas perguntas-guia para este escrito: que tipos de indagações da realidade têm sido realizadas a partir da Psicologia Social? Que conhecimentos relevantes a Psicologia Social tem produzido? Que alianças micropolíticas e macropolíticas estão sendo realizadas com a Psicologia Social?

REFERENCIAL TEÓRICO

O campo da ética, em Psicologia Social, é expresso distintamente e depende do conceito histórico e das condições que são subjetivadas por determinados juízos de valor. Estes valores, contextualmente, favorecem ou dificultam o arraigamento de práticas mais ou menos conservadoras, que podem facilitar ou dificultar a prática da Psicologia Social. Por isso, surge outra pergunta: quais são os compromissos sociais que a Psicologia Social vem assumindo?

O Dilema Ético da Produção de Conhecimento em Psicologia Social

Para responder a estes questionamentos, é necessário um apontamento sobre a etimologia da palavra *ethos*. Do grego, refere-se ao modo de habitar o mundo, às formas de existência e aos hábitos que caracterizam indivíduos e coletivos, instaurando uma atitude crítica e permanente acerca dos nossos modos de ser. Os compromissos e as alianças, no campo da Psicologia Social, têm fundamentos históricos através de pactuações em diferentes pontos da história, que Pedrinho Guareschi (2008), Rosane Neves (2008) e Maria Quintal de Freitas (2008) chamam de paradigmas e que Luís Cláudio Figueiredo (1991) nomeou como matrizes de pensamento.

Os paradigmas cientificista tradicional e ético-estético foram propostos por Neves (2008), apoiada em Silvio Gallo (2002), como duas dimensões que embasam os fundamentos éticos da Psicologia Social. O paradigma cientificista tradicional foi definido como paradigma arborescente, baseado na ideia de árvore, pois tende a buscar as raízes, a origem ou a filiação de algo, tentando encontrar o lugar da verdade. Tem por objetivo um sistema de interpretação capaz de compreender e descrever o mundo, definindo não só os problemas a serem investigados como os meios de proceder a esta investigação, na busca de purificação e de regularidade como expressão da neutralidade científica.

No paradigma ético-estético, as estratégias de produção de conhecimento são voltadas para identificar as formas de captura das subjetividades e dos modos de vida dominantes. Isso se faz através de uma crítica permanente aos modos de valorização subjacentes à lógica capitalista, que sempre tende a embaralhar e produzir equivalência generalizada em todas as coisas (Neves, 2008).

Para romper com o paradigma cientificista, Neves (2008) comenta que é necessário transitar entre paradigmas, do paradigma cientificista para o paradigma ético-estético, até por considerar que a Psicologia Social atualiza a própria dicotomia do paradigma científico e firma um compromisso com a relação consigo e com o mundo em um território de existência em constante constituição.

Nesta linha, os paradigmas éticos têm em comum alguns pontos com as matrizes de pensamento propostas por Figueiredo (1991), as quais também são operadores analíticos para o desenvolvimento da Psicologia Social na atualidade.

As matrizes propostas por Figueiredo (1991) são: naturalista, a aliança positivista, com foco na compreensão das pessoas como processos biológicos e neurofisiológicos da Psicologia; b) associacionista, a vida como resultado de associações de elementos comportamentais; c) transcendental, com foco nas estruturas internas que organizam a experiência do mundo; d) romântico-existencial, compreende as pessoas como livres e históricas no movimento contraditório entre indivíduo e sociedade; por fim, e) dialético-histórica, que entende a subjetividade através das relações sociais e históricas, locais e contextuais, de cada indivíduo.

No entanto, no modelo atual de Psicologia, muito influenciado pela instauração da ABRAPSO na década de 1980, tem-se alinhado a perspectivas críticas, relacionadas à liberdade, à justiça social, à democracia e à matriz de análise dialético-histórica. Que, em outras palavras, vem a constituir a base ética da Psicologia Sócio-Histórica e da Psicologia Social e se posiciona dentro da questão ética como instância crítica, na qual atualmente se insere o paradigma ético-estético e a matriz dialético-histórica.

Por outra via, os compromissos éticos da Psicologia Social têm sido atravessados, em todas as esferas, pela resistência às formas de valores e morais da sociedade capitalista, a qual tem como base a propriedade privada e a divisão em classes sociais e, por consequência, as desigualdades de gênero e etnicidade. Mas, para manter essa postura, a fim de realizar esta resistência, tem-se mantido o rompimento com os pactos positivistas e com as redes de manutenção de poder,

dentro das quais práticas e discursos sociais constroem moradas para a experiência humana.

Portanto, em vez de propor a fragmentação dos campos de conhecimento, é proposto um processo de experimentação capaz de criar novas coordenadas de leitura da realidade, produzindo, assim, uma ruptura permanente do equilíbrio estabelecido e recusando-se a instalar-se no lugar da verdade absoluta.

A Ética como Campo das Relações Sociais

Diferentes momentos históricos e sociais ocorreram no decorrer das últimas décadas: na década de 1960/70 e até meados da década de 1980, no Brasil, foi vivida uma ditadura militar. A Psicologia Social teve o papel de fazer uma crítica e constituir uma frente de resistência. Foi um momento em que se buscaram recursos teóricos e metodológicos para constituir o materialismo histórico-dialético, a psicologia concreta, a teoria crítica e a educação popular.

Em meados da década de 1980 houve uma luta pelos direitos humanos, pelas políticas sociais e pelas políticas públicas e, nos anos 2000, há a consolidação de uma práxis dos psicólogos nas redes do SUS e da assistência social, articulada com movimentos coletivos urbanos, rurais e sindicais, na denúncia das desigualdades.

E agora, o que acontece com a Psicologia Social atual? O que temos visto é a ética da opressão. Conforme Sawaia (2021), atualmente há o desejo político pela desigualdade. Um desejo intencional, oficializado pelo Estado, a partir do desfinanciamento e de projetos ético-políticos necropolíticos. Portanto, abrem-se espaços para projetos científicos que vão na contramão, colocando em risco a vida das pessoas. Então, observa-se a retomada do higienismo, que está expresso de forma muito clara.

Esse projeto de Estado é um processo ético da lógica da racionalidade neoliberal, que tem início com a lógica da medicalização e da patologização da vida. É muito fácil que a Psicologia entre no processo de ampliar a medicalização das vidas, ampliando o saber médico, o saber psíquico e a vulnerabilidade social. Mas como formar trabalhadores da Psicologia na contramão daqueles valores neoliberais e centrados nos interesses coletivos, contra a opressão e a desigualdade?

Martín-Baró (2000) sistematiza que o conceito de trauma psicossocial é desencadeado por três elementos: violência, polarização social e mentira. Considerando a obra de Baró, construída no contexto da ditadura e da guerra civil de El Salvador, os pressupostos éticos da Psicologia Social ainda estão em vigor. Isso significa que o entendimento da Psicologia Social sobre as opressões e as desigualdades é o de que toda violência é política, pois envolve relações de poder. Outro conceito de Martín-Baró (2000) é o fatalismo psicológico, o qual é um fenômeno ético comum aos povos da América Latina, que consiste em se satisfazer com sua condição socioeconômica e cultural sem ter forças ou desejo de mudança ou melhoria de vida.

Dentro destes dois conceitos de Martín-Baró (2000), a formação de trabalhadores em Psicologia, especialmente na região fronteiriça como Uruguaiana, agenciadora de várias línguas, culturas e marcas históricas, é firmar um compromisso com os coletivos de luta. Pois o trauma psicossocial de Baró e o sofrimento ético-político de Sawaia (2000) compõem um estado de guerra; ou seja, mesmo que não declarado, as pessoas são imersas na lógica capitalista, que produz medo, repressão e violência a todo instante, pela via da representação da competitividade e do perigo que a outra pessoa representa para si.

Cabe à Psicologia Social, no âmbito da ética e dos paradigmas de estudo, proporcionar a aliança entre a produção de conhecimento contextualizado e perguntas relevantes que façam a constituição implicada de uma Psicologia Social. Além disso, produzir conhecimento com expressão nas políticas públicas. Os princípios da Saúde Coletiva, da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica constituem importantes referências ético-políticas para a atuação profissional, ao deslocarem a compreensão dos processos de saúde e sofrimento para além das explicações individualizantes e biomédicas.

Sob essa perspectiva, o sofrimento humano passa a ser compreendido como fenômeno atravessado pelas condições materiais de existência, pelas desigualdades sociais, pelas relações de poder e pelos processos históricos de exclusão social. A Saúde Coletiva, particularmente a partir das contribuições de Sérgio Arouca, Jairnilson Paim e Naomar Almeida-Filho, rompe com a concepção restrita de saúde como ausência de doença e passa a compreendê-la como produção social da vida.

Tal perspectiva aproxima-se da Psicologia Social ao reconhecer que subjetividade, sofrimento, participação social e condições de vida constituem processos inseparáveis. Dessa forma, a ética não se restringe à relação entre o profissional e o Código de Ética Profissional, mas envolve o compromisso com a redução das desigualdades, a defesa dos direitos sociais e o fortalecimento das condições coletivas de existência.

Esses princípios encontram materialidade no Sistema Único de Saúde (SUS), concebido a partir dos princípios da universalidade, integralidade, equidade e participação social. A constituição da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) representa um dos principais desdobramentos desse processo, organizando estratégias de cuidado territorializadas e comunitárias por meio dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), dos Consultórios na Rua, dos Serviços Residenciais Terapêuticos e dos demais dispositivos de cuidado.

De modo semelhante ao SUS, a atuação no SUAS expressa um compromisso ético com a proteção social e a garantia de direitos. A inserção de psicólogas e psicólogos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e demais equipamentos socioassistenciais ampliou a atuação da Psicologia Social junto a populações historicamente vulnerabilizadas, exigindo práticas comprometidas com a emancipação, a autonomia e o fortalecimento dos coletivos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, a ética da Psicologia Social manifesta-se na construção cotidiana de estratégias de resistência às desigualdades, à medicalização da vida, ao racismo estrutural, à violência e aos processos contemporâneos de precarização da existência. Com o compromisso de adicionar a esta práxis as discussões e resistências frente ao embranquecimento da ciência e ao branqueamento da Psicologia, trazendo as perspectivas decoloniais e a resistência aos projetos de modernidade baseados na necropolítica. E, mais recentemente, fomentar a discussão ético-política da produção e da subjetividade algoritmizadas, as quais passam a gerar desigualdades através de matrizes algorítmicas, não apenas subjetivando e individualizando, mas gerando violência no ponto mais íntimo das pessoas: a experiência solitária de consumo e as redes sociais.

Os desafios contemporâneos, entretanto, impõem novas exigências à Psicologia Social. O avanço da racionalidade neoliberal, o recrudescimento das desigualdades, a permanência do racismo estrutural, as formas contemporâneas de medicalização da vida, a colonialidade do saber e, mais recentemente, os processos de subjetivação mediados por plataformas digitais e algoritmos demandam permanente vigilância crítica. Nesse contexto, a ética da Psicologia Social consiste em manter viva a capacidade de problematizar as formas de dominação que se apresentam como naturais, produzindo conhecimentos socialmente relevantes e práticas comprometidas com a ampliação da democracia, da participação social e da dignidade humana.

Assim, discutir a Psicologia Social e a ética como campo de conhecimento e de relações sociais significa reafirmar que não existe neutralidade possível diante da desigualdade, da violência e da negação de direitos. O compromisso ético da Psicologia Social é, portanto, um compromisso com a vida, com a emancipação humana e com a construção coletiva de formas mais justas, plurais e democráticas de existência.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

AROUCA, Sérgio. **O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva**. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou

transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 dez. 2011.

BRASIL. Polícia Federal. **PF bate recorde histórico na movimentação internacional de pessoas**. Brasília, DF: Polícia Federal, 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Dívidas em recorde assombram as famílias brasileiras**. Brasília, DF: Senado Federal, 2026.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARR, Robert M. **As raízes da Psicologia Social moderna**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Práxis e ética na Psicologia Social Comunitária: possibilidades de transformação social na vida cotidiana**. In: PLONER, Kátia Simone *et al.* (org.). *Ética e paradigmas na Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 100-111.

GALLO, Silvio. **Deleuze & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. **Ética e paradigmas**. In: PLONER, Kátia Simone *et al.* (org.). *Ética e paradigmas na Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 18-38.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. **O que é Psicologia Social?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. **Psicologia Social é uma nova concepção do homem para a Psicologia**. In: LANE, Sílvia T. M.; CODO, Wanderley (org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 10-19.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **El latino indolente: carácter ideológico del fatalismo latinoamericano**. In: MONTERO, Maritza (org.). *Psicología política latinoamericana*. Caracas: Panapo, 1987. p. 135-162.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Guerra y trauma psicosocial del niño salvadoreño**. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Psicología social de la guerra: trauma y terapia*. San Salvador: UCA Editores, 1990. p. 233-249.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Hacia una psicología de la liberación**. Boletín de Psicología, San Salvador, n. 22, p. 219-231, 1986.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Psicología de la liberación**. Madrid: Trotta, 1998.

MONTERO, Maritza. **Teoría y práctica de la Psicología Comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad**. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MONTERO, Maritza. **Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos Aires: Paidós, 2004.

NEVES, Rosane Azevedo. **Ética e paradigmas: desafios da Psicologia Social contemporânea**. In: PLONER, Kátia Simone *et al.* (org.). *Ética e paradigmas na Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

PIZZINATO, Adolfo. **Psicologia Social brasileira: desafios contemporâneos, participação social e compromisso ético-político**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SAWAIA, Bader Burihan (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

SAWAIA, Bader Burihan. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética de exclusão/inclusão**. In: SAWAIA, Bader Burihan (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2021. p. 97-118.

SILVA, Rosane Neves da. **Ética e paradigmas: desafios da Psicologia Social contemporânea**. In: PLONER, Kátia Simone *et al.* (org.). *Ética e paradigmas na Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2009.